



REDE DE ATORES NA ÁREA EDUCAÇÃO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

GT I – Políticas de Integração Latino-Americana

Glaucia Julião Bernardo¹

Alexsandro Eugenio Pereira²

RESUMO

Algumas discussões têm sido feitas sobre possíveis impactos do Processo de Bologna (União Europeia) na estrutura educacional do Mercosul e de seus países-membros; entretanto, há uma lacuna nos estudos que visam à classificação desta relação. Assim, objetiva-se com este trabalho, investigar se houve uma transferência ou difusão de políticas públicas de ensino superior entre os blocos de integração regional. Para isso, a partir da análise das atas de reuniões dos blocos, acordos e notícias dos sites de ambas organizações, entre 1991 e 1999, realizou-se um mapeamento dos atores envolvidos na temática de educação superior, aliando o arcabouço teórico de redes (abordagem sobre comunidades epistêmicas) ao de transferência e difusão de políticas públicas. A hipótese é que se trata de uma transferência de políticas públicas.

Palavras-chave: Comunidades Epistêmicas. Transferência de políticas públicas. Difusão de políticas públicas. União Europeia. Mercosul.

1 INTRODUÇÃO

O Processo de Bologna desencadeou uma série mudanças nos demais sistemas educacionais. Essa mudança não é algo inesperado, uma vez que o próprio documento estabelece seu interesse em “garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atracção que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científicas” (UNIÃO EUROPEIA, 1999, p.1). Desde então, vários estudos foram realizados com o intuito de mostrar estas mudanças: alguns apontam para a diversidade de instituições e tradição da Europa que serve como base para estudos em outras localidades como América do Norte, América Latina e Ásia (MARTINS & SILVA, 2014); outros demonstram as constantes menções em documentos do Mercosul à União Europeia, dentre os quais a área educacional representa 4% (MEDEIROS, COCKLES & MEUNIER, 2015); ainda há aqueles que se voltam a análise da transferência e difusão de políticas públicas de ensino superior da União Europeia ao Mercosul de uma perspectiva geral, sem um mapa detalhado dos atores (CULPI & BERNARDO, 2016).

Com vistas à necessidade de aprofundamento desta discussão, este artigo está voltado à classificação do tipo de relação estabelecida entre a União Europeia e o Mercosul no âmbito do ensino superior. Para inves-

¹ Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná. Técnica Administrativa no Instituto Federal do Paraná. E-mail: glaubernardo@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. E-mail: alexsep@uol.com.br



tigar se houve uma transferência ou difusão de políticas públicas entre os blocos, realizou-se, a partir da análise das atas de reuniões, acordos e notícias dos sites de ambas organizações, entre 1991 e 1999, um mapeamento dos atores envolvidos neste debate, tendo como base teórica estudos sobre de redes (abordagem sobre comunidades epistêmicas) aliados aos de transferência e difusão de políticas públicas, com enfoque no estabelecimento da parceria, qualidade e intercâmbio.

O recorte temporal de 1991 a 1999 compreende o período desde a criação ao Mercosul até o lançamento do Processo de Bologna. Pode causar estranheza ao leitor argumentar que o processo europeu condicionou políticas em outras regiões e encerrar a análise justamente na assinatura do documento, entretanto, deve-se destacar que, no caso em questão, os blocos estão em uma relação de cooperação³ desde 1995, na qual se determina a educação como uma das áreas de trabalho. Tem-se, portanto, como hipótese que se trata de uma transferência de políticas públicas, ou seja, houve uma relação de troca entre os blocos.

O artigo foi dividido em: i) discussão teórica sobre o uso da abordagem de comunidades epistêmicas na análise de transferência e difusão de políticas públicas; ii) proposta metodológica para mapeamento dos atores na relação de políticas de ensino superior entre União Europeia e Mercosul; iii) apresentação dos resultados e discussão sobre o que mostram as redes: transferência ou difusão; iv) considerações finais.

2 COMUNIDADES EPISTÊMICAS NA ANÁLISE DE TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Transferência e difusão de políticas públicas são termos correlatos, o que pode gerar confusão durante a análise. Especificamente, a difusão, segundo Knill (2005, p.3) “não se restringe ao funcionamento dos mecanismos de mediação específicos, mas inclui todos os possíveis canais de influência entre os países”, o que incluiria a adoção voluntária até a imposição de modelos de política. A transferência, de acordo com Dolowitz e Marsh (2000, p. 5), trata de processos em que “políticas, medidas administrativas, instituições e ideias de um sistema político (passado ou presente) são usados no desenvolvimento de políticas, medidas administrativas, instituições e ideias de outro sistema político”. Enquanto um trata de uma perspectiva geral para a adoção de políticas similares, outro diz respeito a uma relação bilateral entre as partes.

Há, entretanto, algumas temáticas de análise comum a ambos os processos: as motivações, a origem, o conteúdo, os atores, o grau, a demonstração, entre outros. Neste artigo, o enfoque está nos atores envolvidos, pois acredita-se que, com este mapeamento, além da classificação do processo em transferência ou difusão, é possível entender as motivações envolvidas.

As categorias de atores em processos de transferência e difusão de políticas públicas são amplas, tendo como base aqueles elencados por Dolowitz e Marsh (2000) e Stone (2001): oficiais eleitos, partidos políticos,

³ Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por uma Parte, e o Mercado Comum do Sul e os Estados Membros, por Outra, de dezembro 1995.

I SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

16, 17 e 18 de outubro de 2017
Setor de Ciências Sociais Aplicadas - UFPR
Curitiba-PR

4P

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS:
DESAFIOS DE PESQUISA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

seminario04p@gmail.com
<https://www.facebook.com/seminario04p/>

burocratas/servidores, grupos de pressão, empreendedores políticos e especialistas, corporações transnacionais, *think-tanks*, instituições supranacionais e não governamentais, organizações internacionais, consultores, fundações, universidades/acadêmicos.

Ao investigar a relação União Europeia e o Mercosul, serão abordadas as organizações internacionais e as comunidades epistêmicas. Organizações internacionais são órgãos criados por Estados, com base em um tratado, com uma finalidade distinta das suas (KLABBER, 2015, p. 9-12). Comunidades epistêmicas são definidas como “rede de profissionais com conhecimento e competência reconhecidos em um domínio particular e autoridade relevante em termos de políticas neste domínio e/ou temática” (HAAS, 1992, p.3). Cada uma destas categorias desempenha individualmente um papel relevante nos processos de transferência e difusão de políticas públicas, contudo, interessa nesta discussão a atuação conjunta delas, inter-relação que vem sendo estudada e enfatizada por vários atores (HAAS, 1992; DOLOWITZ & MARSH, 2000; GONNET, 2012).

As organizações internacionais desempenham seu papel de forma autônoma, tendo em vista a delegação recebida por parte dos Estados; com uma amplitude de recursos técnicos e monetários, podem produzir informações relevantes sobre as mais diversas áreas de política pública, contribuindo para ações de orientação e construção da realidade social. Com isso, possuem autoridade de vários tipos: racional-legal, que diz respeito ao seu domínio de atuação; delegada, tendo em vista a representação de seus membros; moral, considerando que promovem valores e princípios; especialidade, dada a *expertise* do pessoal envolvido com a organização. Como um ator coletivo, as organizações internacionais colaboram com a construção de um consenso sobre um paradigma político. Neste último ponto, destaca-se a atuação das comunidades epistêmicas. (GONNET, 2012, p. 4).

As comunidades epistêmicas surgem num contexto de incertezas e preocupações provocadas pelo aumento da complexidade dos problemas mundiais e da diversidade de atores, quando a coordenação internacional de políticas é mais complicada e necessária. Neste cenário, o controle sobre o conhecimento e a informação tornam-se uma dimensão de poder; ainda, deve-se que a difusão de novas ideias e informações pode levar a padrões de comportamento. As características das comunidades epistêmicas são: i) conjunto compartilhado de crenças normativas e princípios: fundamentação baseada em valores para ação social; ii) crenças casuais: relacionado com análises práticas que colaboram para delineamento das relações de políticas e resultado esperados; iii) noções de validade: critérios de pesagem e validação do conhecimento dentro de um domínio; iv) política comum empreendedora: aplicação prática, considerando sua competência profissional, a um conjunto de problemas. (HAAS, 1992).

A abordagem referente às comunidades epistêmicas requer a observação dessas características a fim que possam ser diferenciadas de outros grupos políticos. Não se trata apenas da defesa de uma ideia, mas do conhecimento, prática e validade; é isto que lhes dá autoridade de ação dentro de um domínio e as tornam particulares em relação a outros grupos. Essa noção permite realizar a diferenciação dos grupos dentro das organizações internacionais analisadas – União Europeia e Mercosul, como será observado na seção seguinte, voltada ao mapeamento dos atores.



Tendo em vista o entendimento de que as informações são produtos das interpretações humanas sobre os fenômenos físicos e sociais, as comunidades epistêmicas podem ser consideradas fontes para este tipo de informação e consultoria. E à medida que estas redes consolidam seu poder dentro de organizações tendem a institucionalizar sua influência e ampliá-la. Esses especialistas se tornam importantes no auxílio aos tomadores de decisão uma vez que colaboram com diminuição das incertezas e entendimento dos problemas atuais e as tendências futuras, já que há uma amplitude de assuntos em pauta. (HAAS, 1992)

Ao lidar com incertezas e novas situações, há um papel condicionante das crenças prévias e os procedimentos de operação estabelecidos; nessa condição, tende-se a identificar e interpretar os problemas de acordo com os quadros e protocolos passados, tentando solucioná-los com procedimentos em casos análogos (HAAS, 1992). Haveria um hábito de propensão ou tendência a pensar ou agir com bases em experiências anteriores, quer por estímulos, contingências ou contextos (PESSALI, 2015). Pensando na perspectiva adotada neste artigo, por estar em uma negociação com um bloco regional com maior tempo de desenvolvimento, que vem buscando evoluir em sua política de integração, inclusive na educacional, os representantes do Mercosul poderiam ter tendência a valorizar as experiências de sucesso do parceiro. Talvez essa construção do consenso e difusão de experiência bem-sucedida já seja resultado de trabalhos de comunidades epistêmicas.

As comunidades epistêmicas desempenham papel de destaque na construção de consenso e coordenação internacional de políticas. Para Haas (1992), para lidar em conjunto com algum problema específico, os governos precisam chegar a um entendimento e um consenso sobre natureza e escopo bem como possíveis implicações a outros da mesma área; além dessa construção de consenso, podem influenciar outras jurisdições, por meio da ocupação de nichos específicos em órgãos regulatórios e de aconselhamento.

Assim, na próxima seção será estabelecido um modelo para verificação da existência de comunidades epistêmicas e identificação dos atores atuando na relação educacional entre a União Europeia e o Mercosul. Conforme são apontados os atores, explica-se também qual sua função nesta interação.

3 MAPEANDO OS ATORES NA RELAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR ENTRE UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL

Quando se pensa em estabelecer uma metodologia de análise para mudança de políticas em relação às comunidades epistêmicas, há que se observar as considerações trazidas por Haas (1992): i) nível da análise e área de estudo; ii) fatores que influenciam a mudança política; iii) mecanismos e efeitos da mudança; iv) atores primários. As subseções seguintes seguirão este padrão.

Serão observadas estas temáticas nas subseções seguintes de acordo com os meios de demonstração elencados por Dolowitz e Marsh (2000, p. 9) para os processos de transferência de políticas públicas: mídia, relatórios, conferências, reuniões / visitas, declarações. Levando isto em consideração, foram observadas as atas de reuniões, os acordos e as notícias dos sites de ambas organizações.

Nível de análise e área de estudo



Haas (1992) aponta como nível de análise e área de estudo: transnacional, administradores estatais e instituições internacionais. Como este artigo está voltado à observação de dois blocos regionais, serão consideradas a instituição internacional e os Estados como membros da organização, especialmente nos temas de qualidade e intercâmbio. Estão de fora os contatos realizados de forma individual entre os Estados. Trabalhou-se em dois níveis de atores dentro dos blocos regionais, a saber:

1. Membros⁴:
 - a. Mercosul: Argentina, Paraguai, Brasil, Uruguai.
 - b. União Europeia: Bélgica, Alemanha, Espanha, Irlanda, Luxemburgo, Áustria, Finlândia, Dinamarca, Grécia, França, Itália, Países-Baixos, Portugal, Suécia, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
2. Foro Educacional⁵:
 - a. Mercosul: Reunião de Ministros da Educação, Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior.
 - b. União Europeia: Comissão Europeia para Educação

Fatores que influenciam a mudança política

São critérios apontados por Haas (1992) como aqueles que influenciam a mudança política: conhecimento, crenças casuais e de princípios. Nesse sentido, o fator que se destaca na relação União Europeia – Mercosul é o conhecimento e crença na cooperação no ensino como relevante para o processo de integração regional. Esta crença fica explícita no acordo negociado Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por uma Parte, e o Mercado Comum do Sul e os Estados-Membros, por Outra, em seu Título IV, referente a outras áreas de cooperação:

1. No âmbito das suas competências, as Partes procederão à definição dos meios necessários a melhoria da educação e do ensino em matéria de integração regional, tanto no que se refere a juventude e a formação profissional como a cooperação inter-universitária e inter-empresarial (MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA, 1995, art. 20, grifo meu)

Este acordo serve de base para a determinação da parceria educacional entre os blocos, os Títulos seguintes versam sobre a efetivação da mesma, elencando as áreas especializadas como responsáveis para tal – ou seja, os foros educacionais – como será observado a seguir. Com isto, fica esclarecido que são dois níveis de análise o institucional (partes) e os individuais (foros) da área educacional.

Mecanismos e efeitos da mudança

Haas (1992) aponta como mecanismos de efeito e mudança, a difusão de informação e a aprendizagem. Esses conceitos não estão apenas alinhados, mas também representam umas das principais das discussões das

⁴ Com base em MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA, 1995.

⁵ Com base em UNIÃO EUROPEIA, 2017.

I SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

16, 17 e 18 de outubro de 2017
Setor de Ciências Sociais Aplicadas - UFPR
Curitiba-PR

4P

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS:
DESAFIOS DE PESQUISA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

seminario04p@gmail.com
<https://www.facebook.com/seminario04p/>

teorias de transferência e difusão de políticas públicas, pois podem indicar as razões para engajamento num processo (voluntário, coercitivo ou mistura).

A União Europeia, conforme exposto anteriormente neste artigo, explicita na Declaração de Bologna o seu interesse que o seu modelo de educação influencie outros pelo mundo, assim como sua cultura e civilização fizeram. O documento apenas retrata algo que já vem sendo trabalhado pelo bloco. Culpi e Bernardo (2016) fizeram uma retomada sobre as discussões relativas à europeização, conceito surgido em 1990 e ligado ao processo de difusão de normas, ideias, comportamentos que aconteceram no interior do bloco do velho continente, assim como dele para o mundo. Esse quadro representa mudanças e a inserção de mais temas nas agendas dos Estados.

Neste ponto, deve ser lembrada a tendência à busca de experiências passadas ou casos de sucesso, situações análogas para lidar com os novos problemas que surgem. Nesse sentido, a União Europeia pode representar a referência (caso análogo) para o Mercosul. O Quadro 1 foi elaborado a partir da documentação da Mercosul e tem como finalidade mostrar as expectativas dos países do Cone Sul em relação ao velho continente, além de mostrar como as questões sobre qualidade e intercâmbio começam a estar mais presentes na discussão à medida que os blocos interagem:

Quadro 01 – Evolução das expectativas mercosulinas em relação a U.E.

Ano	Documento	Conteúdo
1992	Ata	“Manifestar o interesse em participar das atividades de cooperação e <u>intercâmbio</u> que venham a ser acordadas entre o Mercosul e a <u>Comunidade Econômica Européia</u> , no âmbito da cooperação e integração educacional.”
1992	Ata	“Aprovar o Programa ‘Cruzeiro do Sul’ de cooperação regional com a República da França e encomendar ao Comitê as ações para tornar efetivas as atividades de cooperação e intercâmbio que possam ser acordadas entre o Mercosul e a <u>Comunidade Européia</u> , no âmbito da integração educacional.”
1992	Ata	Incrementar el <u>intercambio</u> académico-técnico-científico, en el nivel de enseñanza superior, posibilitando una mayor movilidad de docentes, alumnos, investigadores y técnicos. Para ello se promoverá la creación y perfeccionamiento de los mecanismos de equiparación y reconocimiento de estudios, títulos y diplomas, entre los países integrantes del MERCOSUR.
1994	Ata	Definição do Programa Cruzeiro do Sul, com a cooperação francesa, para a melhoria da <u>qualidade da formação docente</u> .

I SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

16, 17 e 18 de outubro de 2017
Setor de Ciências Sociais Aplicadas - UFPR
Curitiba-PR

4P

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS SOCIAIS:
DESAFIOS DE PESQUISA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO

seminario04p@gmail.com
<https://www.facebook.com/seminario04p/>

1994	Ata	Consolidar e ampliar esforços para assegurar uma educação com <u>qualidade</u> e equidade, como condição essencial para o desenvolvimento e integração regionais; Reconhecer a relevância da cooperação prestada pelos organismos internacionais, especial OEA, UNESCO, OEI e CINTERFOR, ao Comitê Coordenador Regional no desenvolvimento das atividades realizadas. Da mesma forma, manifestar seu reconhecimento pela colaboração prestada pela <u>cooperação regional francesa</u> e o programa “Cruzeiro do Sul”;
1995	Ata	“Que a relevância alcançada pelo MERCOSUL, no contexto internacional, refletida no próximo acordo a ser assinado com a <u>União Européia</u>, em 15 de dezembro próximo, abre um espaço para a cooperação e o intercâmbio de experiência em matéria educacional de grande interesse.” Aprovar a realização do Primeiro Seminário Internacional “<u>Qualidade da Educação no MERCOSUL: um Desafio para a Integração</u>”, a realizar-se em Assunção durante o próximo semestre. “Solicitar ao Grupo Mercado Comum especial atenção para os temas educacionais nos acordos a serem concluídos com a <u>União Européia</u>.”
1996	Ata	Reconocer la importancia de la declaración del Seminario “<u>Calidad de la Educación: un Desafio para la Integración</u>”, realizado en Asunción, como un paso significativo para el desarrollo de una educación de calidad en la región;
1997	Ata	“Reconocer la importancia, para el proceso de integración regional, depfundizar el relacionamiento del sector educativo del Mercosur con otros bloques regionales y en ese orden aprobar la participación del Comité Coordinador Regional en el Seminario del MERCOSUR – <u>UNIÓN EUROPEA</u> : Exploración de vías de cooperación en educación y formación.”
1997	Ata	Recomendar ao Comitê Coordenador Regional que aprofunde os vínculos já estabelecidos com a <u>União Européia</u>, considerando frutífero o resultado da Mesa Redonda <u>União Européia</u> - Mercosul sobre educação e formação; e solicitar ao Grupo Mercado Comum que inclua, com a devida prioridade, o tema educação na agenda de cooperação com aquele bloco.
1998	Ata	“Que os processos de credenciamento de estudos, além de favorecer a <u>melhoria da qualidade da educação</u>, facilitam a circulação de pessoas na região, objetivo do Tratado de Assunção”

Fonte: Elaboração própria, com base em Mercosul (2017)

Essa retomada das atas das reuniões e do plano trianual permitem observar como se coloca expectativa em relação ao velho continente. Os Ministros da Educação ressaltam o interesse em participar das negociações, recomendam o aprofundamento das relações, estabelecem atividades de intercâmbio dentro do acordo, enaltecem



a relevâncias alcançada pelo bloco ao assinar um acordo com o velho continente, assim como realizam seminários conjuntos. Isto demonstra o estabelecimento de uma relação de troca entre as partes, assim como os mecanismos de efeito e mudança, a difusão de informação e a aprendizagem.

Interessante observar que as preocupações relativas à qualidade começam a surgir em 1995, enquanto a temática intercâmbio aparece na agenda por volta, também, desta época. Curiosamente, é no mesmo período que as áreas educacionais dos blocos iniciam suas negociações e conforme Culpi e Bernardo (2016) apontam que os documentos dos blocos⁶ as preocupações são as mesmas: educação como chave para o processo de integração, incentivo à mobilidade e formação de um sistema de acreditação (qualidade).

Atores primários

Com base nos itens apresentados nas subseções anteriores, deve-se observar que diferentes há tipos de esfera em questão. Por um lado, há um grupo político, relacionado à representação dos Estados dentro dos blocos, funções. Por outro há atuação de foros especializados na temática de educação superior, ligado a elaboração e proposição das políticas dentro desta esfera. Essa diferenciação será melhor trabalhada nos parágrafos a seguir. (HAAS, 1992).

Deve-se lembrar que Haas (1992) aponta que é a combinação do conjunto comum de crenças e princípios causais com base de conhecimento consensual e com a iniciativa política comum que distinguem as comunidades epistêmicas de vários outros grupos. No caso da União Europeia e do Mercosul, podem ser observados tanto os grupos políticos atuando quanto as comunidades epistêmicas. Enquanto os grupos políticos estão na esfera da tomada de decisão, as comunidades epistêmicas estão nos níveis dos foros especializados em educação superior, responsáveis pelo encaminhamento da cooperação e no delineamento das propostas. Esses papéis ficam explícitos no acordo negociado em 1995 entre os blocos:

2. As Partes prestarão especial atenção às ações que favoreçam o estabelecimento de vínculos entre as respectivas entidades especializadas e facilitem a utilização de recursos técnicos e de intercâmbio de experiências.

3. As Partes fomentarão a conclusão de acordos entre centros de formação, bem como a realização de encontros entre organismos responsáveis pelo ensino e pela formação em matéria de integração regional. (MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA, 1995, art. 20, grifo meu)

Estes trechos demonstram como os tomadores de decisão, ou os grupos políticos representando seus Estados, deixam na mão dos especialistas de cada área – no caso a educação –, a evolução do processo de cooperação. Em ambos os artigos há a preocupação de garantir os vínculos entre estes grupos.

3 O QUE MOSTRAM AS REDES: TRANSFERÊNCIA OU DIFUSÃO?

A partir da abordagem de comunidades epistêmicas e do mapeamento dos atores, é possível observar que há dois grupos de ação dentro dos blocos: político (institucional) e técnico (foros especializados). Enquanto, o grupo político está voltado ao encaminhamento das decisões em geral, o técnico está a frente da efetivação dos

⁶ Culpi e Bernardo (2016) comparam o Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul, de 1998, à Declaração de Sorbonne e Bologna, de 1998 e 1999, respectivamente.



tratados e acordos firmados na área educacional. É no âmbito técnico que se pode observar a atuação das comunidades epistêmicas, como se pode observar.

Embora a documentação destes grupos esteja disponível apenas a partir de 2001, período posterior ao recorte deste trabalho, foi possível verificar a existência destas comunidades, uma vez que há menção nas negociações/acordos entre os blocos assim como a aproximação entre as áreas especialistas, conforme explicitado na seção anterior. Essa aproximação permite inferir que este caso é de transferência de políticas públicas entre os blocos, uma vez que há uma relação bilateral entre as partes.

Mas qual é a motivação para esse processo: voluntária, coercitiva ou mista? Os processos voluntários são aqueles guiados pela racionalidade e aprendizagem; os coercitivos estão ligados à imposição de políticas por parte de outros Estados ou organização; e, as misturas são as que se iniciam por aprendizagem, pressões internacionais (imagem, consenso, percepções), externalidades, condicionalidades, obrigações (DOLOWITZ & MARSH, 2000, p.9). Este caso pode ser considerado uma mistura, uma vez que não há ninguém impondo alguma política, mas há uma preocupação com a imagem, consenso e percepções. As atas mostram como os ministros reconhecem a relevância da União Europeia e como esta pode ser uma parceria profícua.

Em termos de atores Dolowitz e Marsh (2000, p. 9) e Stone (2001) elencam: oficiais eleitos, partidos políticos, burocratas/servidores, grupos de pressão, empreendedores políticos e especialistas, corporações transnacionais, *think-tanks*, instituições supranacionais e não governamentais, organizações internacionais, consultores, fundações, universidades/acadêmicos. Neste caso, foi confirmada a participação de organizações internacionais e comunidades epistêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mapear os atores envolvidos na relação entre a União Europeia e o Mercosul em relação às políticas públicas de ensino superior, este artigo reforçou o papel das comunidades epistêmicas nos processos de transferência e difusão de políticas públicas. Esse grupo de especialistas podem auxiliar e influenciar os tomadores de decisão no contexto de incertezas e agenda mais complexa e interdependente.

Apesar da não disponibilidade de atas de reuniões da Comissão Coordenadora Regional de Educação Superior anterior a 2001, as atas das reuniões de Ministros da Educação do Países Membros do Mercosul permitem a identificação de que há um grupo de especialistas trabalhando na relação de cooperação. Além disso, alguns temas começam a surgir após o contato com a União Europeia, como qualidade e ênfase ao intercâmbio.

Por fim, cumpre destacar que, durante a investigação se houve uma transferência ou difusão de políticas públicas de ensino superior entre os blocos de integração regional, observou-se o estabelecimento de uma relação bilateral e troca entre as partes, o que pode caracterizar um processo de transferência.

A classificação do processo em transferência de políticas públicas abre um leque de questões a serem discutidas e analisadas sobre esta relação. Embora tenha sido possível falar sobre os atores, razões para engajamento e origem durante este estudo, outros elementos precisam ser observados em estudos futuros como o conteúdo, graus de transferência, restrições, entre outros. Uma possibilidade para a comprovação desta relação é



estreitar o recorte sobre as áreas, talvez em programas específicos, a fim de que possam ser realizados análise de conteúdo e *process tracing*.

REFERÊNCIAS

CULPI, L.; BERNARDO, G. Difusão de Políticas de Ensino Superior da União Europeia para o Mercosul Educacional. In: Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, 7., 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016.

DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. **Governance**, v. 13, n. 1, p. 5-24, jan. 2000.
_____. Who Learns What from Whom? A Review of the Policy Transfer Literature. **Political Studies**, v. 44, p. 343-357, 1996.

GONNET, C. O. The role of international organizations in a policy diffusion process. Preliminary discussion about the Conditional Cash Transfers programs in Latin America. In: CHILEAN CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 10., 2012, Santiago. **Anais...** Santiago: ACCP, 2012

HAAS, P. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, vol, 46, n. 1, 1992, p. 1-35.

KLABBER, J. **An Introduction to International Organizations Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

KNILL, C. Introduction: cross-national policy convergence: concepts, approaches and explanatory factors. **Journal of European Public Policy**, v. 12, n. 5, 2005.

MARTINS, T.; SILVA, A. **Processo de Bolonha e Mercosul Educacional**: reflexões acerca das políticas de integração e suas ressonâncias na Educação Superior. IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Florianópolis, 2014.

MEDEIROS, M.; MEUNIER, I.; COCKLES, M. Processos de Difusão Política e Legitimidade no Mercosul: Mimetismo Institucional e Mecanismos de Internalização de Normas Comunitárias. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p.537-570, mai-ago, 2015. Disponível em: < <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=690&sid=122> >. Acesso em: 18 out. 2015.

MERCOSUL. Ata das Reuniões de Ministros de Educação dos Países Membros do Mercosul, de 1992 a 1999. Disponível em: < <http://www.edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/viewcategory/31-reuniao-de-ministros-de-educacao-rme-reunion-de-ministros-de-educacion-rme.html> > Acesso em: 26 jul. 2017.

MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA. **Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por uma Parte, e o Mercado Comum do Sul e os Estados Membros, por Outra**, de dezembro 1995. Disponível em: < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/acordo-quadro-inter-regional-de-cooperacao-entre-a-comunidade-europeia-e-os-seus-estados-membros-e-o-mercado-comum-do-sul-e-os-seus-estados-partes/> > Acesso em: 26 jul 2017

PESSALI, H. F. **Nanoelementos da mesoeconomia**. Curitiba: UFPR, 2015

UNIÃO EUROPEIA. **Declaração de Bologna**: de 19 de junho de 1999. Disponível em: < http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf > Acesso em: 25 jul 2017.



UNIÃO EUROPEIA. **Assuntos Institucionais**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/institutional-affairs_pt > Acesso em: 25 jul 2017.